

EJE TEMÁTICO: DINÁMICA URBANA Y RURAL, TRANSPORTE, ENERGÍA Y SUSTENTABILIDAD

OCUPACIÓN DEL ESPACIO AGRARIO DE LA AMAZÓNIA MATOGROSSENSE: IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS Y AMBIENTALES

Serlene Ana De Carli¹
Nely Tocantins²

RESUMEN

Se buscó a través de este estudio, comprender como ocurrió el proceso de ocupación de los espacios agrarios de la Amazonia matogrossense, contradicciones, los impactos socioeconómicos y ambientales de este territorio. Con vista en esta problemática, el trabajo fue realizado con base en la recolecta de datos secundarios y primarios, lecturas, análisis de documentación, y levantamiento fotográfico en grandes y pequeñas propiedades rurales, a través de conversaciones informales, observaciones y entrevistas junto a los sindicatos de trabajadores rurales, órganos públicos y movimientos sociales del campo. Identificándose que el modelo de ocupación indiscriminada de los espacios agrarios, ha sido responsable por la degradación ambiental, concentración de tierras y los conflictos, que se configura hasta los días actuales. Los espacios agrarios, fueran ocupados por las élites terratenientes, comerciales y por grandes grupos económicos nacionales e internacionales. La posesión de los “espacios vacíos” de la región amazónica fue subsidiada por el Estado brasileño que creó los mecanismos necesarios para la expansión del capitalismo rentista de la tierra. La ocupación no fue marcada por una estrategia que buscaba conciliar el desarrollo económico, con el desarrollo humano y el equilibrio ambiental. El patrón de ocupación y exploración irracional de la tierra y de los recursos naturales han sido responsables por los impactos socioeconómicos y ambientales en los espacios agrarios de la Amazonia matogrossense.

Palabras claves: Ocupación de los espacios agrarios, impactos socioeconómicos y ambientales, Amazônia matogrossense.

INTRODUÇÃO

A origem dos problemas agrários e ambientais no Brasil remonta ao período colonial, quando terras brasileiras foram repartidas em Capitánias Hereditárias,

¹ Profª Maestra en Geografía, Formadora de la Educación del Campo- CEFAPRO/SEDUC/MT Primavera do Leste/MT. Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT. ser_ana47@hotmail.com

² Profª Dra. Departamento de Geografia, Docente da Graduação e da Pós-Graduação em Geografia- UFMT; Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT. nelytocantins@gmail.com

formadas por imensas porções de terras, concentradas nas mãos de nobres portugueses, que produziam e extraíam riquezas para a Coroa Portuguesa.

O sistema de Capitânicas Hereditárias e de sesmarias foi a principal medida que contribuiu para a instalação da grande propriedade no Brasil. De acordo com Oliveira (2001), “Pode-se afirmar, com segurança, que a estrutura fundiária brasileira, herdada do regime das capitânicas hereditárias/sesmarias, muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil; e, particularmente na segunda metade deste século, o processo de incorporação de novos espaços - assaltados/tomados das nações indígenas - tem concentrado ainda mais as terras em mãos de poucos proprietários”.

Em Mato Grosso o processo de ocupação ocorreu da mesma forma como nos demais Estados brasileiros. Conforme explica Moreno (2007), “o território passou a ser ocupado internamente pelas classes agrárias e comerciais, que aspiravam ao poder político. O aparecimento dos coronéis oligárquicos é representado pelos usineiros do açúcar, pecuaristas e ervateiros, que disputavam a hegemonia do poder político local”.

O processo de ocupação sistemática do Centro-Oeste e da Região Amazônica remonta às décadas de 1930 e 1940, quando o governo do presidente Getúlio Vargas, visando à expansão da agricultura, a ocupação dos “espaços vazios”, o desenvolvimento e a integração da Região Amazônica, estimula a “Marcha para o Oeste”. A “Marcha” foi subsidiada pelo governo, que criou os mecanismos necessários para a ocupação e para a expansão do capitalismo rentista.

Para Martins (1989), “a Amazônia tornou-se uma espécie de colônia do grande capital, fonte de ganhos especulativos decorrentes da elevação da renda fundiária produzida pela abertura de estradas e ampliação da infra-estrutura econômica, pelo governo. Onde os empresários ganharam e ganham com a produção e com os incentivos fiscais. Os grandes grupos econômicos têm o monopólio das terras, da produção de grãos, insumos, sementes, comercialização, industrialização das matérias primas produzidas na região, além disso, são detentores do capital”.

Nesse sentido, o processo de ocupação seguiu a lógica do capitalismo rentista que vem comandando a estrutura fundiária do Estado de Mato Grosso, o monopólio das terras tem permitido a acumulação de capital através da renda da

terra, e esta prática vem ocorrendo desde o momento em que foram abertas as portas desta fronteira para o capital.

A expansão da ocupação em direção à Amazônia Matogrossense se intensifica a partir de 1970, quando o governo militar, segundo Ianni (1979, p. 95) “passou a estimular a organização de empresas e cooperativas para a execução de projetos de colonização particular”.

Nesse contexto, é explícito o papel do Estado em legitimar o latifúndio e promover a mercantilização das terras públicas, vendendo-as a preços irrisórios a grupos econômicos nacionais e internacionais. A monopolização das terras nas mãos de poucos vai contribuir para a exclusão de milhares de camponeses sem terra. O projeto de ocupação da Amazônia Matogrossense foi elaborado para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais, que comandam a cadeia produtiva do agronegócio na região.

É neste cenário de concentração fundiária, grilagem de terras, impactos ambientais e exclusão social que é travada a luta de classe pela disputa e posse da terra por diversos personagens (grileiros, fazendeiros, sem terra, posseiros e índios). De acordo com Becker (1982), “a disputa pela terra na Amazônia Matogrossense se dá entre os agentes dominadores dos espaços representados pelo Estado, pelas empresas privadas detentoras das terras e pelos pequenos produtores rurais”. Neste contexto de lógicas diferentes, ocorrem os conflitos pela ocupação, produção e domínio do território agrícola.

Convém destacar que o processo de ocupação do território amazonense não foi marcado por uma estratégia que busca conciliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento humano e o equilíbrio ambiental. As políticas estatais contraditórias, que motivaram a ocupação e a expansão do capitalismo na região, contribuíram para a exploração predatória, para o surgimento de conflitos sociais e agrários, e para os impactos ambientais.

Viana (2001) ressalta que “a elevação dos números de grandes propriedades rurais combinadas com o padrão de uso da terra, determinou elevadas taxas de desmatamento na Amazônia, deixando claro que os médios e grandes proprietários são responsáveis pelos altos índices de desmatamentos e pelos impactos ecológicos na região”.

Os espaços agrários de Mato Grosso são marcados principalmente pela agricultura moderna, que tem provocado profundas mudanças socioeconômicas,

espaciais e ambientais na região. A modernização da agricultura patronal é subsidiada por políticas públicas, que financiam a produção de *commodities* agrícolas que, no discurso do governo de Mato Grosso, são responsáveis pelo desenvolvimento econômico do Estado.

Ocorre que este crescimento econômico tem beneficiado poucos empresários, que comandam a cadeia produtiva do agronegócio. Esse modelo econômico tem ocasionado o empobrecimento de uma parcela significativa da população que vive nas cidades, dos pequenos agricultores familiares, e conseqüências devastadoras para o meio ambiente.

Neste espaço, marcado por contradições, aparecem os conflitos sociais no campo, onde os movimentos camponeses surgem para enfrentar o Estado, as elites agrárias, os poderes dominantes, que os excluíram do acesso à cidadania. Isso ocorre, segundo Martins (2004), porque “o Estado é incapaz de produzir as mudanças sociais necessárias na sociedade brasileira, porque o mesmo está atrelado às forças dominantes do país”.

Nessa perspectiva, as lutas dos movimentos sociais do campo e as ocupações assumem formas de enfrentamento contra o poder estatal e o poder agrário. Diante disso, Stédile (2003) explica que “o processo de reforma agrária brasileira é fruto das lutas sociais do campo, da pressão dos trabalhadores e camponeses pobres, que dependem da terra para trabalhar e progredir”.

Tendo em vista o panorama apresentado, em que as questões agrárias e ambientais fomentam os problemas sócio-territoriais e ambientais dos espaços agrários da Amazônia Matogrossense, procurou-se, através deste estudo, analisar as contradições que este modelo de ocupação trouxe para a região.

Com vista nesta problemática, o trabalho foi realizado com base na coleta de dados secundários e primários, leitura e análises de documentação, visitas e levantamento fotográfico em pequenas e grandes propriedades rurais, através de conversas informais, observações e entrevistas junto aos sindicatos de trabalhadores rurais, órgãos públicos e movimentos sociais do campo.

Identificamos que o modelo de ocupação indiscriminada dos espaços agrários tem sido responsável pela degradação ambiental, humana, pela concentração de terras e conflitos sociais na região.

Ocupação particular e oficial dos espaços agrários da Amazônia Matogrossense e suas contradições

Para entender o processo de ocupação da terra e a situação atual do contexto agrário na Amazônia Matogrossense, é necessário um resgate da história e das estratégias usadas pelas forças políticas e econômicas do país que, desde o século XVIII, se apropriam do território matogrossense através da expansão da pecuária, da agricultura e do capital, por métodos ilegais.

Conforme explica Moreno (2007), “durante os séculos XIX e XX, a política de distribuição de terras públicas no Estado de Mato Grosso foi marcada por irregularidades praticadas pelo poder público e pela iniciativa privada, ignorando a legislação reguladora do uso e posse da terra”. Nesta época, a grilagem e a titulação das grandes áreas, através de documentos forjados, eram episódios corriqueiros. Embora as leis da época limitassem em 3.600 hectares as propriedades para criação de gado, constata-se a existência de propriedades com áreas de 10 a 15 mil hectares.

De acordo com a autora, a ocupação de terras e a apropriação de riquezas em Mato Grosso eram tarefas desempenhadas por latifundiários, proprietários de engenhos, pecuaristas e comerciantes, que mantinham entre si a disputa pelo poder político-econômico e a posse das terras da região. Neste contexto, o Estado passou a ser comandado pelo sistema coronelista, implantando o uso da violência e o banditismo na defesa de suas terras e interesses.

De acordo com Barrozo (2008), “a atuação do coronelismo em Mato Grosso perdurou até a década de 1940, quando o governo de Getúlio Vargas implantou o projeto “Marcha para Oeste”, com o objetivo de ocupar os vazios demográficos através de Colônias Agrícolas, produzir para o mercado nacional e esvaziar os grandes centros urbanos”. Esta ocupação seguiu os eixos rodoviários abertos para facilitar o desbravamento dos espaços vazios.

A política de integração nacional, ao abrir estradas que penetraram até as mais longínquas paragens da região, atingiu seu objetivo integracionista imediato, mas também revelou as reais dimensões do valor da Amazônia para o restante do país e do mundo. Trouxe consigo os atuais contingentes populacionais que ocupam a região, criando as frentes pioneiras de ocupação e os conflitos sócio-ambientais que hoje perduram no processo de desenvolvimento da região (ABRANTES, 2002, p. 44).

A colonização no interior do Estado se intensificou a partir da década de 1970, quando os governos militares implantaram novas políticas de ocupação da Região Amazônica e do Norte de Mato Grosso, com a intenção de facilitar a expansão do capitalismo e resolver os conflitos de terras localizados na região Sul do país, transferindo a possibilidade de conflitos agrários para longe das áreas urbanas e dos grandes centros.

Ao promover a penetração de agricultores numa área de fronteira brasileira, o Governo Federal preparou, na realidade, a estrutura da posse legal da terra, de maneira que permitiu a sua apropriação pelos novos agentes econômicos que chegaram à região. Demarcando os espaços a serem utilizados pelos diversos agentes sociais antigos e novos (reservas ecológicas, sociedades indígenas, extrativismo vegetal e mineral, áreas para grandes projetos agropecuários, áreas para colonização, forças armadas), o Governo Federal acabou por ser o grande responsável pelos conflitos notórios e a violência presentes nestas áreas de fronteira (CASTRO *et al.*, 1994, p. 18).

Durante a década de 1970 e 1980, o processo de ocupação do território da Amazônia Matogrossense foi composto por projetos particulares e iniciativas oficiais, onde colonizadoras privadas adquiriram milhões de hectares a preços irrisórios, com apoio do Estado. Segundo explica Moreno (2007), “com o apoio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso (CODEMAT) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), trinta e três empresas privadas implantaram mais de oitenta projetos de colonização no Estado, ocupando uma área de aproximadamente 3.250.000,00 hectares”.

Com a proposta de ocupar terras devolutas e ociosas, o Estado propiciou aos grandes proprietários e grupos econômicos a ocupação destas terras; implantaram na região o latifúndio como estrutura de propriedade, expandindo a nova fronteira agrícola. Esta prática foi considerada pelo governo militar como o processo de reforma agrária, conforme escreveu Gonçalo (2001, p, 61 e 63):

Os governos militares utilizaram a bandeira da reforma agrária, via projetos de colonização, na promessa de solucionar os conflitos sociais no campo, atendendo assim aos interesses do empresariado nacional e internacional. Como o objetivo era a colonização e não a reforma agrária, o problema da terra não foi resolvido com os projetos de colonização na Amazônia. O envolvimento das Forças Armadas no comando do Estado garantiu apenas aos grandes grupos econômicos a exploração da região amazônica [...] a implantação dessa política agrária resultou na manutenção dos latifúndios existentes e a criação de outros, principalmente na Amazônia.

Segundo Moreno (*apud* WITTMAN, 2008, p. 178), “entre os anos de 1940 e 2002 foram implantados no estado 736 projetos, sendo 372 assentamentos oficiais e

366 projetos de colonização particulares, sendo os projetos oficiais realizados em sua maioria durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que instalou 268 assentamentos, beneficiando 41.374 famílias em uma área de 2.376.023 hectares”. Embora tenha se destacado em aspectos quantitativos, este governo não priorizou a qualidade dos assentamentos e a questão ambiental, deixando-a muito aquém do ideal.

Assim, a expansão da fronteira agrícola e da pequena produção de subsistência sempre esteve associada, mas, com a expansão do processo de acumulação capitalista e com a expansão da fronteira até a Amazônia, o pequeno produtor rural, socialmente marginal e marginal do ponto de vista da circulação, vem encontrando cada vez mais dificuldades para a sua sobrevivência [...] por isso o movimento de expansão de fronteira acaba sendo também um processo de luta dos despossuídos, dos sem terra e dos posseiros (CASTRO *et al.*, 1994, p. 46).

A ocupação da fronteira foi excludente, elitista, capitalista e violenta, deixando à margem deste processo as pessoas descapitalizadas. O modelo de colonização com base na concentração fundiária significou a perda de terra para milhares de posseiros, parceiros, arrendatários – que migraram para os acampamentos sem-terra; e povos indígenas, posteriormente alocados em reservas.

Impactos socioeconômicos

O modelo de ocupação dos espaços agrários na Amazônia Matogrossense é marcado por características distintas, nele ocorrem diferentes modelos de produção, de ocupação e de conflitos, os quais envolvem o campesinato, o latifúndio, o grileiro e o agronegócio, que disputam o controle do território.

Os conflitos socioeconômicos presentes nesta fronteira agrícola ocorrem porque o modelo de ocupação baseado na concentração fundiária foi excludente.

Martins (1986) comenta que “a reforma agrária realizada na região Amazônica serviu para demarcar as áreas indígenas e excluir os pobres do acesso à terra”. Foi uma ação que legalizou e legitimou as terras de grandes proprietários e de empresas brasileiras e estrangeiras, que hoje formam as *tradings*, que, conforme explica Graziano (2001), “deixam os pequenos agricultores sem espaços para desenvolver a agricultura camponesa tradicional”.

Esse modelo de ocupação desencadeou a luta no campo e os problemas sociais, que envolvem milhões de trabalhadores camponeses e milhões de hectares

de terras em disputa, onde os latifundiários têm enfrentado os movimentos camponeses através do banditismo legalizado, do poder judicial e da força estatal.

Martins (1995) ainda afirma que: “Nos conflitos pela terra, são considerados vítimas unicamente os mortos e feridos. Entretanto, seria necessário incluir entre elas os posseiros que tiveram suas casas queimadas por jagunços a serviço de grileiros, fazendeiros e grandes empresas nacionais e multinacionais; os que têm sido despejados, quase sempre violentamente, por equipes combinadas de jagunços e policiais, com base em decisões judiciais”.

A expulsão do homem do campo resulta na transformação do trabalhador em pessoa improdutivo, já que, na atual conjuntura, a capacidade de absorção de mão-de-obra nas cidades é muito pouca. Nesse sentido, a reforma agrária é uma política necessária para o desenvolvimento econômico, social e democrático do país. Para os movimentos sócio-territoriais, a luta pelo acesso a terra no Brasil, e especificamente em Mato Grosso, é justa devido à omissão do Estado em realizar uma reforma agrária de fato, pondo fim ao latifúndio improdutivo e às terras ociosas.

Portanto, o modelo de ocupação fez com que prevalecesse na região a concentração fundiária representada por grandes extensões de terra, ocupadas pela monocultura de grãos, e da criação de gado, que fomentam a cadeia produtiva do agronegócio. A agricultura moderna capitalizada da região tem restringido a geração de empregos, a distribuição de renda, substituindo a mão-de-obra humana pela máquina, produzindo riquezas para poucos, e tem avançado na destruição dos ecossistemas do Cerrado e Amazônico, deixando na região um passivo ambiental e social muito grande, difícil de ser recuperado.

Não se pode pensar que a modernização se processa sem choque e atritos. O desemprego que é gerado pela liberação da mão-de-obra rural, as questões ligadas à concentração e à posse da terra são permanentes focos de conflitos, mas os problemas não são puramente econômicos e sociais, mas também ecológicos e agronômicos: a destruição do meio ambiente, a disseminação irresponsável de agrotóxicos, a geração de novas pragas e doenças, a obtenção de produtos contaminados e de discutível capacidade alimentar (DINIZ, 1984, p. 220).

É neste cenário de contradições que o agronegócio vem se consolidando na Amazônia Matogrossense, graças às políticas públicas de incentivo e fortalecimento da agricultura capitalista, da logística, dos serviços, da pesquisa e da inovação tecnológica, da concentração da terra, ampliação dos negócios no mercado internacional.

A cadeia produtiva do agronegócio se encontra nas mãos de grandes grupos econômicos e da classe política, representados por *tradings*, nacionais e internacionais, que atuam no fornecimento de insumos, produção, comercialização, financiamento, industrialização, pesquisas e tecnologias. ADM, Bunge, Cargil, Fiagril, Amaggi, Sadia, Perdigão, Dreifus e Coimbra são algumas das empresas que dominam o sistema produtivo do Estado.

Essas empresas, criadas a partir de produtores que têm suas bases na produção de sementes, expandem suas áreas de produção para outras regiões. Controlando grandes propriedades, normalmente acima de 30 mil hectares [...] usando a estratégia de agregar a si empresas produtoras e produtores, através de financiamento, como forma de antecipar a compra da produção, o Grupo Amaggi tem tido a capacidade de direcionar a sojicultura em Mato Grosso. Na sua ação de concorrência com as empresas multinacionais do setor (PEIXINHO, 2006, p. 170-171).

Nesse contexto, encontram-se ilhados os pequenos agricultores e a agricultura familiar desenvolvida nos assentamentos da reforma agrária, em meio ao latifúndio, correndo o risco de serem engolidos pela expansão da monocultura de grãos e pela pressão dos fazendeiros, que arrendam e compram as terras da reforma agrária para ampliar a produção de grãos. Oliveira (2001) explica que “é dentro deste processo de sujeição da renda da terra, onde o capital entra no mundo do pequeno lavrador camponês, sitiando-o pela ação dos monopólios. É aí mesmo que é gestado o movimento contrário, que leva à união destes trabalhadores enquanto classe. Onde a liberdade de produzir o que querem tem sido a bandeira hasteada por estes camponeses”.

Todavia, mesmo encurralados e ilhados pela agricultura patronal, pela pecuária extensiva e pelo latifúndio, muitos camponeses têm se recriado através da luta pelo acesso à terra e da resistência contra o modelo hegemônico de produção implantado na fronteira agrícola da Amazônia Matogrossense.

Num espaço agrário marcado por exclusões, por latifúndios e por disputas pela posse da terra, que se dão através da correlação de forças entre diversos personagens, com diferentes interesses, merece destaque a presença de movimentos sociais do campo, que lutam pelo acesso à terra para os pequenos trabalhadores rurais, através de uma reforma agrária que dê fim ao modelo concentrador da terra.

Impactos ambientais na Amazônia Matogrossense

O processo de ocupação e expansão da fronteira agrícola na Amazônia Matogrossense tem provocado desequilíbrio estrutural, ameaçando a ocupação do território, dos recursos naturais e os aspectos socioeconômicos na região. As políticas voltadas para o desenvolvimento regional não contemplavam em seu bojo nenhuma ação relacionada com o desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentável. A ausência de políticas ambientais e de um monitoramento sistemático nas propriedades rurais contribuiu para os resultados negativos, que apontam o Estado de Mato Grosso como campeão em desmatamento ilegal, gerando resultados como os explicitados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE), apontando vários atores como responsáveis pela expansão do desmatamento no Estado, conforme é possível observar na tabela elaborada pelo ICV (2007):

Tabela 1 - Desmatamento total e remanescentes naturais por tipologia fundiária em MT, 2007

Tipologia Fundiária	Área desmatada		Área remanescente		Área Total	
	Km ²	%	Km ²	%	Km ²	%
Terras Indígenas	4.343	3	124.558	97	128.901	13
Unidades de Conservação sem APPs	1.491	5	29.985	95	31.576	4
Assentamentos da Reforma Agrária	20.606	49	21.344	51	41.950	5
Propriedades e posses cadastradas no SLAPR	61.930	40	92.131	60	154.063	17
Propriedades e posses não cadastradas no SLAPR	232.837	42	315.711	58	548.548	61
Total	321.309	36	583.729	64	905.038	100

Fontes: SEMA- Desmatamento 2004-05; INPE- Desmatamento em áreas florestais 2005-06; análise ICV-2007.

Através dos dados da tabela é possível compreender como se encontra a distribuição de terras e os índices de desmatamento em cada tipologia fundiária em Mato Grosso. Os dados apontam para uma estrutura fundiária altamente concentradora nas mãos de proprietários particulares que possuem a posse, ou não, da terra: este segmento fundiário ocupa uma área de 702.611 km², totalizando 78% do território matogrossense, enquanto os demais segmentos ocupam uma área de 202.427 km², o que corresponde a 22% do território estadual. Deste montante,

somente 5% das terras se encontram nas mãos dos camponeses, que estão distribuídos nos assentamentos da reforma agrária, cuja área corresponde a 41.950 km².

Outra variante a ser analisada aqui são os índices de desmatamento por cada setor fundiário: as terras indígenas e as unidades de conservação aparecem com as menores taxas de desmatamento, juntas somam 8% das suas áreas desmatadas, e isso representa menos de 2% do total do desmatamento acumulado no Estado. Os assentamentos da reforma agrária são responsáveis por 6% do desmatamento total do Estado, com 49% da sua área desmatada.

Todavia, é nas propriedades e posses privadas que os índices de desmatamento são alarmantes. Este setor é responsável por 92% do desmatamento acumulado em todo o Estado de Mato Grosso, com 295 mil km² de área desmatada, correspondendo a 42% do total da sua área. Outro dado que merece atenção é o alto índice de desmatamento ilegal praticado nas propriedades e posses não cadastradas no Sistema de Cadastramento Ambiental Rural e/ou Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais (SLAPR), chegando a 79%. Somente 13% do desmatamento que ocorre nas propriedades particulares são legalizados mediante o licenciamento ambiental. Dados do Instituto Sócio Ambiental (ISA) apontam que o licenciamento ambiental não tem sido eficaz no controle ambiental dos 6.116 empreendimentos rurais licenciados até 2004. Os resultados mostram que o sistema adotado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA), apesar de moderno, não é eficiente no controle do desmatamento ilegal e que mesmo as propriedades licenciadas continuam praticando o desmatamento ilegal (ISA, 2005).

Observou-se que, na medida em que avança a fronteira agrícola em direção à floresta amazônica, milhares de hectares de floresta são desmatados ilegalmente, dando lugar à expansão da soja, da pecuária e da extração de madeira. Percebe-se uma estreita ligação entre a cadeia produtiva do agronegócio e o avanço do desmatamento, que está condicionado à cotação do preço da soja e do gado no mercado agrícola. A expansão do desmatamento ocorre no entorno das principais estradas e, principalmente, ao Norte do Estado, onde a cada ano novas áreas são desmatadas para dar lugar à expansão da agropecuária e extração de madeira.

O processo de desmatamento na região se dá, primeiramente, através da extração da madeira que abastece a indústria madeireira presente na fronteira

agrícola; a retirada da madeira facilita a limpeza da terra para a prática de atividades desenvolvidas pelo setor agropecuário.

A prática ilegal na apropriação da terra e dos demais recursos naturais é uma herança do modelo de ocupação implantado na região, onde o Estado foi conivente com o desmatamento, concentração e grilagem de terra, concentração do poder e da renda e expansão do capital. O espaço foi marcado por irregularidades na aplicação e cumprimento, tanto da legislação ambiental, como agrária. Grupos econômicos organizados, grileiros e muitos fazendeiros estão acostumados a desafiar as leis, o Estado e a implantação de políticas públicas que venham regularizar as questões ambientais e fundiárias.

Mato Grosso, nestes últimos anos, tem liderado os índices de desmatamento na Amazônia Legal. Isso ocorre devido ao modelo econômico capitalista implantado na região, que é comandado por grandes conglomerados econômicos, que comandam a cadeia produtiva do agronegócio e detêm o monopólio das terras. O desmatamento ilegal avança em direção à floresta amazônica, na medida em que a terra se valoriza e o valor da soja e da carne aumenta no mercado internacional.

Neste cenário o desmatamento aparece como resultado do modelo de ocupação, expansão da fronteira agrícola na região e da dinâmica econômica ligada ao mercado agroexportador que tem suas bases na exploração da terra e na exploração da madeira.

CONCLUSÃO

Através deste estudo foi possível perceber que o modelo de ocupação do espaço agrário da Amazônia Matogrossense tem sido desigual, irracional e desordenado. As políticas ambientais e agrárias não têm conseguido garantir a sustentabilidade nos espaços agrários ocupados pelos latifundiários e pelos pequenos produtores rurais. Diante disso, torna-se necessário refletir sobre a eficácia das políticas ambientais e repensar o modelo e as políticas de ocupação da região. Os problemas sociais, econômicos, ambientais e agrários, presentes no território matogrossense, são resultantes de uma gestão ambiental, de uma ocupação mal gerida.

Nesse sentido, percebeu-se que o modelo de ocupação foi excludente e predatório, gerando profundos impactos socioeconômicos sobre os povos

tradicionais da região, índios, pequenos posseiros e trabalhadores rurais sem terras, que foram prejudicados neste processo. O modelo de ocupação da terra provocou conflitos sociais nos espaços agrários, fazendo com que a violência no campo se tornasse um fato comum, onde trabalhadores são constantemente ameaçados e enfrentam, apesar da disparidade de forças, pistoleiros, capangas, policiais e a própria justiça, que se posiciona em favor do latifúndio e do capital..

Os impactos ambientais, provocados pelo desmatamento ilegal e pelas queimadas, ocorrem tanto nas propriedades particulares como nas posses griladas, sendo responsáveis por 92% do desmatamento na região. As pequenas propriedades localizadas nos assentamentos da reforma agrária também são responsáveis pelo desmatamento, mas, numa proporção bem menor.

Conclui-se que os impactos ambientais, a ilegalidade, a irracionalidade, o desrespeito à legislação ambiental, os conflitos agrários, a grilagem de terra, o monopólio das terras, são problemas graves resultantes da ausência da regularização ambiental e fundiária e da expansão do capitalismo no campo, que têm subordinado a renda territorial ao capital. O modelo de exploração da terra, na região, visa a maximização da produção e do lucro e não leva em consideração as dinâmicas ecológicas dos agrossistemas, pondo em risco a produtividade futura e a sustentabilidade ambiental do meio agrário.

Diante dessa realidade é preciso repensar num novo modelo de ocupação para o contexto amazonense, é necessário mudar a lógica do capitalismo rentista predominante na região, que transformou a terra em mercadoria. Essa lógica levou os fazendeiros capitalistas a arrendar, alugar, comprar e se apropriar indevidamente de grandes áreas de terras para, através do monopólio das mesmas, extrair o lucro, a renda da terra. Esse modelo de exploração é responsável pelos conflitos agrários, desequilíbrio ambiental e desigualdades sociais no campo.

Desta forma, urge a necessidade da implantação de políticas ambientais e agrárias que incorporem as várias dimensões sociais, ambientais, políticas e econômicas, e, nesse sentido, as políticas agrárias devem se orientar em torno do princípio da sustentabilidade, que preserve a qualidade do meio ambiente e a qualidade de vida humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Joselito Santos. **Bio(sócio)diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia**. Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: UFMT, 2008.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

CASTRO, Sueli Pereira *et al.* **A Colonização Oficial em Mato Grosso: a nata e a borra da sociedade**. Cuiabá: EdUFMT, 1994.

DINIZ, José F. **Geografia da agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

GONÇALO, José Evaldo. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

IANNI, Otávio. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

ICV - Instituto Centro de Vida. **Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação** (REDD: potencial de aplicação em Mato Grosso). Disponível em: <http://www.icv.org.br>. Acesso em 25 out. 2009.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento da cobertura florestal da Amazônia por satélite**. Sistemas PRODES, DETER, DEGRAD e queimadas. 2007-2008. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/deter/RelatorioMonitoramento.pdf> . Acesso em 20 out. 2009.

ISA - Instituto Socioambiental. **Mato Grosso, Amazônia Legal: desmatamento de florestas em propriedades rurais integradas ao sistema de Licenciamento ambiental Rural entre 2001 e 2004**. Brasília: 2005.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"**. São Paulo: HUCITEC, 1986

_____. **Caminhando no Chão da Noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: UNESP, 2004.

MORENO, Gislaene. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismo de burla/1829-1992**. Cuiabá, MT: Entrelinhas, EdUFMT, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PEIXINHO, Dimas Moraes. A espacialização da soja em Mato Grosso. In: BERNARDES, Julia Adão; FILHO, Osni de Luna Freire (Orgs.). **Geografias da soja: BR-163 - Fronteiras em Mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2006. p. 153-175.

STÉDILE, João Pedro. **Latifúndio: o pecado agrário brasileiro**. Caderno de Formação nº 33. Publicação do movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST. São Paulo: 2003.

VIANA, Gilney. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 265-288.

WITTMAN, Hannah. Um lugar no mundo: re-territorializando a cidadania agrária em Mato Grosso. In: BARROZO, João Carlos (Org.). **Mato Grosso: do sonho à utopia da terra**. Cuiabá: UFMT, 2008.